

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS

Contrato de Autonomia 1º Relatório Anual de Progresso – 2007/08

(cf. Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro)

Na sequência da aprovação pela Comissão de Acompanhamento Local (CAL) do quadro de indicadores de referência para a verificação do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Contrato de Autonomia para o Desenvolvimento do Projecto Educativo da Escola Secundária de Caldas das Taipas (ESCT), que se junta a este documento como anexo 1, este relatório será estruturado como uma leitura sequencial e descritiva dos resultados nele registados, no que concerne ao primeiro ano escolar de vigência daquele contrato – 2007/08.

Assim, este primeiro relatório anual de progresso estará essencialmente focado na questão do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Art. 2º do Contrato de Autonomia. Nesse sentido, entendeu-se ainda juntar informação mais pormenorizada sobre as áreas de relevância superior possibilitando um escrutínio mais rigoroso dos níveis de desempenho alcançados nas missões de serviço público de maior importância a que a ESCT se comprometeu no Art. 4º do Contrato de Autonomia.

I - Objectivos operacionais e compromissos da Escola

1 – Combater o abandono desqualificado.

No que diz respeito ao combate ao abandono desqualificado, nos termos do Contrato de Autonomia, os objectivos operacionais da ESCT foram centrados na intervenção sobre os jovens nela matriculados. Aliás, nas condições de sobrelotação em que funciona, não seria razoável pedir mais. Ainda assim, pode considerar-se que, mesmo nessas condições, a ESCT tem apostado no incremento da captação de alunos para o Ensino Secundário, contribuindo para aumentar a taxa de prosseguimento de estudos secundários entre os jovens do concelho de Guimarães. Em 2007/08, a taxa de captação de primeiras matrículas cifrou-se em 93%. Isto é, tendo como referência o total de jovens que concluiu o 9º ano do Ensino Regular no seu território de influência,¹ logrou-se a matrícula no 10º ano (regular e profissional) de um número de alunos equivalente a 93% daquele total.² Naturalmente, este crescimento implicou, em 2007/08, a instalação de duas salas extra em contentores

¹ Além da própria ESCT, inserem-se nesse território a E.B. 2,3 das Taipas, a E.B. 2,3 de Briteiros e a E.B. 2,3 Arquelógo Mário Cardoso, sita na vila de Ponte.

² Este número não inclui a renovação de matrículas de alunos que abandonaram ou ficaram retidos no 10º ano em 2006/07.

climatizados, bem como o uso de espaços adaptados a salas de aula. Em 2008/09, verificou-se um novo aumento das taxas de procura da ESCT, tendo sido matriculado no 10º ano o equivalente a 104% dos alunos que concluíram o 9º ano do Ensino Regular nas referidas escolas (dados ainda provisórios).³ Esse maior afluxo de alunos foi atenuado com a interrupção da transferência de alunos para o 7º ano (menos três turmas) mas, ainda assim, implicou a instalação de mais duas salas extra em contentores climatizados, que agora perfazem um total de 4, uma vez que a ESCT acolhe agora 48 turmas e um total de 17 Cursos.

1.1 – Garantir taxas de Abandono Escolar Precoce inferiores a 1%.

O objectivo foi plenamente atingido já que não se verificou o abandono de qualquer aluno do 3º CEB em idade de escolaridade obrigatória.⁴ Algumas situações de risco sinalizadas ao longo do ano foram alvo de intervenção e acompanhamento do SPO e dos Directores de Turma, logrando-se a manutenção da frequência e/ou, quando pertinente, a inserção noutras ofertas formativas.

1.2 – Conter a taxa de Saída Antecipada abaixo de 15%.

Nesta área logrou-se um resultado muito acima do objectivo esperado. Com efeito, a *Saída Antecipada*⁵ durante o ano lectivo fixou-se em 4,4%, correspondendo à saída de 10 alunos do 3ºCEB maiores de 15 anos, sem terem concluído o 9º ano.⁶

Normalmente, este indicador é substancialmente agravado, entre matrículas, com um elevado número de alunos retidos/reprovados no final do ano lectivo (em 2007/08 foram mais 20) a não renovar a matrícula para o ano seguinte. Todavia, as medidas tomadas através das Direcções de Turma e do SPO acabaram, ainda assim, por atenuar um pouco mais aquele resultado. Desse modo, no final do mês de Setembro de 2008, apenas 9 daqueles alunos do 3ºCEB não estavam a frequentar qualquer oferta formativa. Mostraram-se, pois, muito eficazes as medidas de acompanhamento individual de todos os casos, durante todo o período entre o final do ano lectivo 2007/08 e o início do ano lectivo de 2008/09, tendo em vista garantir a sua manutenção no ensino regular ou a sua inserção em oferta alternativa, nomeadamente CEF's, noutras Escolas ou instituições de formação.

1.3 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 15% entre os alunos matriculados no 10º ano.

O decurso do 10º ano de escolaridade constitui-se como momento crítico para o abandono durante o Ensino Secundário, contribuindo para os elevados índices de Saída Precoce⁷ registados no

³ Cf. anexo 11.

⁴ Cf. anexos 3, 4, 5 e 6.

⁵ Saída Antecipada - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída antecipada era de 24% no Continente, 38% na NUT III Ave e 39% no Concelho de Guimarães.

⁶ Cf. anexo 3.

país, na região e no concelho. Nessa medida, a intervenção neste fenómeno representa uma estratégia decisiva de combate ao abandono desqualificado. Na ESCT, o objectivo foi alcançado num nível muito bom, uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano, se fixou em 6,8% (23 alunos).⁸ Embora alguns deles possam vir a contribuir para o indicador oficial de Saída Precoce, os bons resultados obtidos ao nível das taxas de 2ªs matrículas em 2008/09 permitem esperar um substancial número de reingressos no sistema educativo.

1.4 – Aproximar as taxas de 2ªs matrículas no 10º ano para níveis equivalentes a 100% dos alunos retidos no 10º ano no ano lectivo anterior.

A retenção no 10º ano constitui-se como factor crítico relevante para a *Saída Precoce*. Assim, no combate ao abandono desqualificado, a obtenção de elevadas taxas de reingresso, complementa o objectivo anterior. No ano lectivo de 2007/08, houve 13 alunos que ficaram retidos no 10º ano. Entretanto, até ao momento, logrou-se o reingresso no 10º ano da ESCT de 16 alunos que aqui tinham frequentado esse ano de escolaridade tendo abandonado ou ficado retidos.⁹ Assim, o objectivo foi plenamente alcançado, fixando-se o indicador em 123%. Isto significa o reingresso de um número de jovens superior ao que havia reprovado. Ou seja, matricularam-se também alunos que haviam abandonado durante o ano anterior. A maioria destes reingressos foi feita em ofertas formativas diferentes daquelas em que se havia registado a primeira matrícula no 10º ano. Neste particular, a diversificação de ofertas formativas, designadamente no Ensino Profissional, mostrou-se particularmente atractiva para estes jovens. Note-se que não são aqui contabilizados os reingressos de alunos vindos de outras Escolas, nem daqueles que tinham abandonado a ESCT antes de 2007/08.

1.5 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 10%, entre os alunos matriculados no 11º ano.

O objectivo foi alcançado num nível muito bom uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 11º ano, se fixou em 2,8% (7 alunos).¹⁰ Entretanto, estamos em condições de acrescentar que, até ao momento, na ESCT, apenas se verificou o reingresso de um daqueles alunos, no 10º ano de um novo Curso e que não houve mais saídas entre os retidos no 11º ano.

2 – Promover o sucesso escolar

A generalidade dos objectivos operacionais estabelecidos para esta área de intervenção foram alcançados. Nesta secção faremos uma breve descrição dos resultados com referência aos indicadores

⁷ Saída Precoce - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 12º ano e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída precoce era de 44% no Continente, 57% na NUT III Ave e 59% no Concelho de Guimarães.

⁸ Cf. anexos 7 e 8.

⁹ Cf. anexo 11.

¹⁰ Cf. anexo 9.

internos e metas estabelecidas no Contrato de Autonomia. Entretanto, para possibilitar outras análises comparativas, entendemos juntar a informação de âmbito nacional disponibilizada pelo ME.¹¹ Note-se que, para análise dos resultados escolares, o ME usa o indicador estatístico “*Taxa de Retenção e Desistência*” que agrega indistintamente todos os casos de insucesso escolar (anulação de matrícula, exclusão por excesso de faltas e retenção/reprovação)

Calculado este indicador para cada um dos anos de escolaridade e para os níveis de ensino existentes na ESCT, conclui-se que se logrou obter na escola resultados melhores que os nacionais, em especial no Ensino Secundário, onde a *Taxa de Retenção e Desistência* da ESCT (12,5%) foi muito melhor que a nacional (22,4%).¹²

2.1 – Obter taxas globais de aprovação superiores à da região (NUT II) no 3º ciclo do ensino básico.

O resultado global de 90,4% obtido para o conjunto do 3º Ciclo afigura-se muito positivo e com grande probabilidade de ter ficado acima das médias regionais. No entanto, até ao momento, ainda não foi possível obter os resultados relativos à NUT II Norte. Desagregando estes por ano de escolaridade, obtivemos 92% de aprovações no 7º ano; 95% no 8º ano e 83% no 9º ano.¹³

Tendo como referência o indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*” e os resultados provisórios para 2007/08 já divulgados pelo ME, conclui-se que os resultados da ESCT foram melhores que as médias nacionais,¹⁴ quer no que concerne ao valor global para o 3º ciclo (13,8% vs 14,7%), quer no que diz respeito aos resultados do 7º e 8º anos (10,3% e 7,4% vs 17,8% e 11,6%, respectivamente). No 9º ano, a *Taxa de Retenção e Desistência* foi muito mais elevada e ficou, também, bastante acima da média nacional (23,6% vs 14,3%), muito embora corresponda ainda a uma geração de alunos que entrou na ESCT já com grande desfasamento e percurso escolar muito irregular.

2.2 - Garantir taxas globais de aprovação no 10º ano superiores 85% e superiores a 80% em todos os cursos

Estes objectivos foram plenamente atingidos, com o resultado global inscrito como objectivo principal a situar-se em 95,3%. Quanto ao segundo objectivo, visando o equilíbrio de resultados em todas as ofertas formativas, logrou-se também um bom resultado em todos os 9 cursos, sendo o mais baixo o verificado no Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas com 89%, embora correspondendo apenas a 2 retenções.¹⁵

¹¹ Cf. anexo 16.

¹² Cf. anexos 7 e 16.

¹³ Cf. anexos 3 a 6.

¹⁴ Cf. anexos 3 e 16.

¹⁵ Cf. anexo 8.

Para efeitos de comparação, apresenta-se ainda o indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*” que se fixou num valor de 12,0% para a ESCT, bastante melhor que o indicador nacional divulgado pelo ME que foi de 19,3%.¹⁶

2.3 - Garantir taxas globais de aprovação no 11º ano superiores 93% e superiores a 87% em todos os cursos

Estes objectivos foram alcançados, com um resultado global de 98,7% e o resultado parcial mais baixo a fixar-se em 94% no Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas (embora correspondendo apenas a uma retenção), significando a superação do segundo objectivo em todos os 7 cursos do 11º ano.¹⁷

Deve salientar-se que, face aos critérios internos adoptados para mensurar este indicador, não foram consideradas duas aprovações obtidas através de exames de segunda oportunidade. Isto é, na verdade e para efeitos das estatísticas gerais, apenas houve a registar uma reprovação no 11º ano.

Na comparação com o resultado médio nacional, através do indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*”¹⁸) concluiu-se que o valor da ESCT (4,2%) foi muito melhor que o resultado nacional (12,8%). Tenha-se ainda em atenção que o resultado da ESCT foi calculado por um critério mais exigente, na medida em que contabilizou como retenções as duas aprovações obtidas nos exames de 2ª oportunidade.

2.4 – Garantir taxas de conclusão do 12º ano dos cursos qualificantes superiores a 85%

No ano de 2007/08 este indicador envolve apenas Cursos Tecnológicos. Este objectivo não foi alcançado, embora por pequena margem, tendo ficado em 83,5%.¹⁹ Note-se que a maior parte das reprovações corresponde à falta de aproveitamento em disciplinas do currículo geral, incluindo algumas que são terminais em anos anteriores.

Apesar de ter ficado abaixo do esperado, a taxa de conclusão dos Cursos Tecnológicos foi, mesmo assim, melhor que a dos Cursos Científico-Humanísticos, que se cifrou em 80,9%. Globalmente, entre os finalistas da Escola, incluindo os que estiveram a frequentar disciplinas atrasadas de anos anteriores, a taxa de diplomados fixou-se em 82%, correspondendo a 205 jovens habilitados com o 12º ano. Neste número não foram contabilizados três alunos que anularam toda a

¹⁶ Cf. anexos 7 e 16.

¹⁷ Cf. anexo 9.

¹⁸ Cf. anexos 7 e 16.

¹⁹ Cf. anexo 10.

matrícula antes do final do ano lectivo, com os quais se fez um total de 208 novos diplomados com o 12º ano.²⁰

Calculada a *Taxa de Retenção e Desistência* no 12º ano, para a ESCT, apurou-se um valor de 20,5%, muito melhor que o resultado médio nacional apresentado pelo ME que foi de 35,2%.²¹

2.5 – Obter nos exames nacionais, entre os alunos internos dos cursos orientados para o prosseguimento de estudos, médias de exame superiores às médias nacionais.

Nos cursos Científico-Humanísticos, os resultados dos Exames Nacionais obrigatórios são críticos para o sucesso escolar dos alunos e para os seus percursos académicos. Nesse sentido, ao observar este indicador monitoriza-se o aspecto mais determinante do percurso escolar destes alunos, quer no nível secundário, quer para a continuação do seu percurso académico.

Em 2007/08, os alunos internos da ESCT realizaram exames nacionais obrigatórios em 8 disciplinas. Nesse conjunto, tal como a nível nacional, a média obtida foi positiva em sete disciplinas e negativa numa. Comparando as médias obtidas, disciplina a disciplina, verifica-se que a ESCT teve médias superiores às nacionais em 5 casos (Português, Matemática, História A, Física e Química A e Matemática Aplicada às Ciências Sociais) e médias inferiores às nacionais em três casos (Geografia A, Economia A e Biologia e Geologia).²²

Nesse sentido, podemos dizer que o objectivo foi atingido na maioria dos casos, constatando-se também uma subida significativa da média global ponderada para 114,8 pontos.

2.6 – Garantir taxas de empregabilidade a 6 meses e 1 ano superiores à média global obtida nas escolas do ensino regular da região (NUT II), entre os diplomados dos cursos qualificantes.

Como decorre da sua própria definição, este indicador ainda não é aplicável no tempo. Entretanto, no que diz respeito à ESCT, está a ser preparado o sistema de monitorização dos percursos dos nossos diplomados. Com efeito, pretende-se implementar uma plataforma digital acessível via Internet, para receber *feed-back* directo dos diplomados da ESCT sobre a sua situação em termos de actividade laboral ou formativa. Por outro lado, desconhece-se ainda quando poderão vir a ser obtidos os dados comparativos relativos à região.

²⁰ A discrepância para o número calculado pela MISI (anexo 15) explica-se porque nele são automaticamente contabilizados alunos que já eram detentores do 12º ano de escolaridade e que estiveram a frequentar algumas disciplinas para melhoria de nota.

²¹ Cf. anexos 7 e 16.

²² Cf. anexo 12.

2.7 – Promover a paridade de matrículas em cursos de prosseguimento de estudos e em cursos qualificantes de nível secundário até 2010/11.

Em 2007/08 a distribuição percentual de matrículas no ano inicial dos dois tipos de curso foi de 61% para os Cursos Científico-Humanísticos e de 39% para os Cursos Profissionais.²³ Tratando-se de um indicador cujo resultado deve ser aferido pela análise do progresso, deve aguardar-se pelos resultados seguintes. Em qualquer dos casos, podemos adiantar que os números provisórios existentes para 2008/09 apontam para uma progressão convergente com este objectivo (CCH 59% e CP 41%).²⁴

Entretanto, neste mesmo ano, foram dados novos passos no sentido de diversificar a oferta formativa, dando seguimento ao compromisso assumido no Contrato de Autonomia.²⁵

2.8 – Obter a colocação de mais de 85% dos candidatos à 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público ou, pelo menos, um valor superior à média que em cada ano for obtida no conjunto das escolas do actual Agrupamento de Exames de Guimarães.

Este objectivo foi plenamente atingido. Na 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público foram colocados 91% dos candidatos da ESCT,²⁶ valor bem acima do objectivo e dos 85% obtidos no Agrupamento de Exames²⁷ ou dos 84% de colocados a nível nacional²⁸.

Aliás, este é o indicador onde mais claramente se pode reivindicar um efeito directo de um investimento com origem imediata no Contrato de Autonomia - a entrada em funcionamento pleno de um SPO. Com efeito, a existência deste recurso especializado, conjugado com o planeamento e execução de um conjunto de acções tendentes a prevenir candidaturas mal sucedidas e com um investimento muito forte na assistência e incentivo ao uso do processo de candidatura on-line, teve como corolário o melhor resultado de sempre obtido pela ESCT neste indicador, conjugando não só a melhor taxa de sucesso (91%) com o melhor resultado absoluto de sempre (164 colocados).²⁹

3 – Incrementar a qualidade do uso dos tempos escolares

Nesta área de intervenção, a maior parte dos objectivos operacionais estão dependentes da resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT, do funcionamento em regime normal e da disponibilidade de equipamentos e espaços específicos hoje inexistentes. Consequentemente, neste relatório de progresso não nos vamos debruçar sobre os indicadores de monitorização referenciados com os números 3.3, 3.4 e 3.5.

²³ Cf. anexo 2.

²⁴ Cf. anexo 11.

²⁵ Cf. nº 5 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

²⁶ Cf. anexo 13.

²⁷ Cf. anexo 14.

²⁸ Valor divulgado pelo MCTES.

²⁹ Cf. anexo 13.

Ainda assim, o ano de 2007/08 deverá ficar assinalado como um marco decisivo para esses desideratos, na medida em que foi o ano da inclusão da ESCT na 2ª fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias que está a ser levado a cabo pela Parque Escolar, EPE.

Entretanto, apesar de fortemente condicionados pela inexistência de salas de aula livres na maior parte dos blocos (tempos) lectivos, fazendo uso das competências próprias reconhecidas no Contrato de Autonomia, foi implementado um sistema de permuta, transferência e reposição de aulas que permitiu aos docentes assegurar o cumprimento integral de todos os planos de formação e a prestação plena do serviço de aulas, mesmo nos casos em que a perda de aulas foi motivada por dificuldades que são responsabilidade da administração central e regional, concretamente no que diz respeito a atrasos na colocação de docentes.

3.1 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 96% em todos os anos.

Este objectivo foi plenamente atingido, tendo aquela meta sido largamente superada em todos os anos de escolaridade.³⁰ Aliás, no 8º, 9º e 10º anos o volume de aulas ministradas foi superior ao inicialmente previsto. No 12º ano, onde a perda de aulas foi motivada por grandes atrasos no recrutamento de docentes, a compensação de aulas foi feita em grande escala. Em balanço final, podemos dizer que das 53.301 aulas previstas apenas ficaram por leccionar 174 (0,3%) recuperando-se a maior parte das 580 (1,1%) perdidas por motivos não imputáveis aos docentes.

3.2 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 95% em todas as disciplinas/turmas e superiores a 98% em todas as disciplinas sujeitas a exames nacionais.

O objectivo foi atingido em ambos os casos. Num conjunto de 364 disciplinas/turmas não sujeitas a exame nacional mais de 97% realizaram mais do que 95% das aulas previstas. Aliás, na esmagadora maioria dos casos foi atingido o pleno de 100% de aulas leccionadas e são em maior número os casos em que essa marca foi superada do que aqueles em que o objectivo inicial não foi cumprido. No conjunto das 77 disciplinas/turmas sujeitas a exame nacional obrigatório no seu ano terminal, o objectivo de garantir mais de 98% de aulas leccionadas foi atingido, tendo-se verificado apenas um caso em que esta taxa ficou em cerca de 92% (uma turma de Português (CCH) de 11º ano).

4 – Promover a igualdade de oportunidades

Esta área de intervenção é central para a missão de serviço público da ESCT. Na verdade, mesmo que consiga ser uma excelente Escola, só será uma excelente Escola Pública se atingir os objectivos de promoção da equidade e da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, importa verificar

³⁰ Cf. anexo 17.

o cumprimento do compromisso assumido pela ESCT no Contrato de Autonomia, no sentido de promover a integração dos mais desfavorecidos e de se orientar por critérios de melhoria da igualdade de oportunidades, de não discriminação e de promoção da coesão social.³¹

4.1 – No que diz respeito aos jovens, garantir entre os mais desfavorecidos níveis de realização dos objectivos e metas definidas nos números anteriores iguais ou superiores aos dos restantes alunos.

Conforme estabelecido, para aferição dos resultados obtidos, procedemos à desagregação e comparação dos indicadores relativos ao abandono e ao sucesso escolar, contando o número de casos em que o grupo dos alunos mais desfavorecidos teve um resultado superior, igual ou inferior ao do conjunto dos alunos da Escola.

No que diz respeito ao objectivo 1.1, tal como no universo de alunos do 3º CEB, também não houve abandonos entre a população AASE desse nível de ensino.³²

No objectivo 1.2 a taxa de saída antecipada durante o ano lectivo foi mais baixa na população AASE (4,0%) do que no grupo geral (4,4%).³³ Entretanto, uma análise do indicador *Taxa de Saída Antecipada*, mostra um resultado final pior que o conjunto (5,0% vs 3,9%). Numa análise parcial, neste indicador, entre a população AASE, o resultado foi mais fraco no 7º e no 9º ano.

O objectivo 1.3, relativo ao abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano, foi cumprido entre a população AASE desse ano de escolaridade e com um resultado melhor que o do total de alunos do 10º ano (6,2% vs 6,8%).³⁴

Relativamente ao objectivo 1.4 as duas alunas pertencentes à população AASE que haviam reprovado em 2007/08 estão matriculadas em 2008/09, cumprindo a meta estabelecida, embora também num nível de desempenho inferior ao do total dos alunos do 10º ano, dado que não foi recuperado qualquer dos abandonos.

No 11º ano, o objectivo 1.5 de contenção do abandono durante o ano lectivo também foi cumprido entre a população AASE com um melhor desempenho que o do conjunto total (2,6% vs 2,8%).³⁵ Ou seja, no nível de ensino secundário os objectivos de combate ao abandono desqualificado foram alcançados ainda com maior sucesso entre a população de alunos que beneficiaram de auxílios económicos da ASE.

³¹ Cf. nº 6 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

³² Cf. anexo 3.

³³ Cf. anexo 3.

³⁴ Cf. anexos 7 e 8.

³⁵ Cf. anexos 7 e 9.

No que diz respeito aos objectivos de sucesso escolar, a população de alunos que beneficiou de auxílios económicos da Acção Social Escolar (AASE), obteve, genericamente, resultados melhores que a média geral.

Assim, quanto ao objectivo 2.1, a população AASE do 3º CEB obteve uma taxa de aprovação de 91,4%, melhor que os 90,4% daquele universo de alunos.³⁶ Numa análise mais fina dos parciais por ano de escolaridade, já para além do indicador, constata-se que no 7º ano a população AASE teve um resultado inferior ao geral (88% vs 92%). No 8º ano foi melhor (100% vs 95%) e no 9º ano também (89% vs 83%).

No que diz respeito às taxas de aprovação no nível secundário (objectivos 2.2 e 2.3), as taxas de aprovação específicas da população AASE foram, em todos os casos, superiores ao do respectivo universo de alunos: no 10º ano – 98,0% vs 95,3%; no 11º ano - 100,0% vs 98,7%; no 12º ano - 83,8% vs 82,0% e no conjunto do Ensino Secundário – 94,1% vs 91,9%.³⁷

Ao contrário do que acontece com o universo de alunos dos cursos qualificantes, a população AASE de alunos finalistas do ensino secundário (36 alunos) obteve uma taxa de conclusão (86,1%) acima do mínimo estabelecido no objectivo 2.4 que era de 85%.³⁸

No que diz respeito ao indicador de paridade de ingressos em ofertas gerais e ofertas qualificantes (objectivo 2.7), a população AASE apresentou melhor rácio que o geral – 55% nos Cursos CH e 45% nos Cursos Profissionais.

Finalmente, no que diz respeito à taxa de colocação no ensino superior (objectivo 2.8), verificou-se que 41 dos 45 candidatos foram colocados, o que corresponde a uma taxa de colocação precisamente igual à média da ESCT (91%).

Em suma, para o indicador 4.1, conclui-se que a população AASE teve resultados superiores aos gerais em 9 objectivos específicos (1.1, 1.3, 1.5, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.7 e 2.8) relacionados com o combate ao abandono e com a promoção do sucesso escolar. O inverso ocorreu em dois daqueles objectivos (1.2 e 1.4), pelo que se pode dizer que a missão de promover a igualdade de oportunidades está a ser realizada.

4.2 – No que diz respeito aos adultos, aproximar, até 2010/11, o número de certificações de adultos do número de certificações de jovens realizado em cada ano escolar.

No período correspondente ao ano escolar 2007/08 a ESCT concluiu 263 novas certificações de jovens (55 com o nível básico - 3º ciclo e 208 com o nível secundário). No mesmo período concluiu

³⁶ Cf. anexo 3.

³⁷ Cf. anexo 7.

³⁸ Cf. anexo 10.

a certificação de 152 adultos: 21 com o nível básico – 2º ciclo, através de CEFA e 131 com o nível básico – 3º ciclo, através de processos de RVCC.

Tratando-se de um indicador de convergência, cujo rácio se calcula, para o ano lectivo de 2007/08, em 58%, importa salientar que o nível de certificações poderia ser já mais equilibrado se o processo de recrutamento para alargamento da equipa pedagógica do CNO tivesse sido mais célere. Nos termos em que foi autorizado, esse alargamento apenas produzirá efeito no ano escolar de 2008/09.

Entretanto, visando dar seguimento ao compromisso assumido pela ESCT³⁹, além das oportunidades de formação formal que resultaram naquelas certificações de adultos e estão a contribuir para muitas outras, importa registar a diversificação de ofertas de formação não formal e informal, designadamente através de: 7 oficinas de educação extra-escolar apoiadas por bolsas suportadas pela DREN – uma oficina de matemática, duas oficinas TIC, uma oficina de alfabetização, articulada com a estrutura local do RSI, uma oficina de animação de bibliotecas populares e duas oficinas de linguagem e comunicação; 13 oficinas de formação para adultos promovidas por docentes da ESCT no âmbito da sua componente não lectiva de estabelecimento; cursos livres de inglês organizados e dinamizados pela Associação dos Antigos Estudantes; ou o estabelecimento de protocolos com várias entidades formadoras para encaminhamento de adultos para Cursos EFA de dupla certificação e Formações Modulares Certificadas.

5 – Qualificação dos recursos humanos internos.

Esta área de intervenção será, eventualmente, a menos trabalhada, na medida em que 2007/08 representou um período de alguma indefinição no que diz respeito à formação contínua de pessoal docente e não docente.

5.1 – Apoiar a formação especializada ou pós-graduada dos recursos humanos docentes, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida de, pelo menos, um terço do corpo docente.

Em 2007/08 a percentagem de profissionais docentes com qualificações acrescidas a uma licenciatura cifrou-se em 14,5%. Durante esse ano lectivo procurou-se criar condições, ao nível da distribuição de serviço docente, para compatibilizar o cumprimento dos deveres profissionais com a frequência de pós-graduações e/ou a realização dos concomitantes trabalhos de investigação.

³⁹ Cf. nº 7 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

5.2 - Apoiar o reforço das qualificações escolares do pessoal não docente, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida com, pelo menos, mais um nível de ensino não superior face à situação actual.

No ano de 2007/08 foi possível realizar mais de um terço do objectivo previsto para os 4 anos de duração do Contrato de Autonomia. Efectivamente, registou-se já o acréscimo de 12 níveis de ensino entre o pessoal não docente. A maior parte dos acréscimos de qualificação fizeram-se através de ofertas próprias da Escola (EFA e RVCC), envolvendo adaptação de horários de trabalho, prioridade na inserção em processos formativos e outros incentivos.

5.3 - Investir na qualificação técnica e tecnológica de todos os recursos humanos internos, nomeadamente no uso dos recursos digitais e dos meios informáticos pertinentes para o desempenho das suas funções.

Este objectivo foi o mais afectado pela estagnação do sistema de formação contínua creditada e financiada, bem como pela sua orientação exclusiva, na parte final do ano lectivo, para as questões da Avaliação do Desempenho Docente. A focalização temática da formação contínua creditada resultou numa restrição indesejável do leque de docentes envolvidos (em regra apenas os professores titulares). Assim grande parte do volume de formação indicado (560h de docentes e 84h de pessoal não docente) diz respeito a formação interna.

5.4 - Diversificar e complementar as competências humanas existentes, através do recrutamento ou aquisição de serviços de outros técnicos cujos contributos se julguem pertinentes para o desenvolvimento da missão da Escola, com prioridade para um Psicólogo, um Assistente Social e um Animador Cultural.

Nesta área de intervenção e directamente derivado do Contrato de Autonomia, deve assinalar-se a contratação de uma Psicóloga para constituir um SPO a funcionar a tempo inteiro, superando uma carência que durante muito tempo apenas foi parcialmente atenuada através do recurso a projectos co-financiados, enquanto existiram.⁴⁰ Entretanto, na parte final do ano escolar, foram abertos concursos para contratação de técnicos para o CNO (3 Profissionais de RVC e 2 Técnicos de Diagnóstico e Encaminhamento), embora com autorização de início de contrato remetida para o ano escolar seguinte. Neste momento, apesar de já existir financiamento aprovado, está ainda pendente a autorização para a contratação de 2 administrativos para o CNO, constituindo-se este como o maior constrangimento para podermos enfrentar plenamente o compromisso de incrementar a capacidade de resposta do CNO, visando contribuir para a superação do deficit de qualificações existente no Vale do Ave.

Em todo o caso, podemos afirmar que está em curso a diversificação dos recursos humanos da Escola estabelecida no Contrato de Autonomia.

⁴⁰ Note-se que no ano de 2007, não houve abertura de concursos PRODEP para financiamento de projectos nesta área, pelo que apenas houve capacidade para manter a colaboração de uma Psicóloga, em regime de prestação de serviços, durante os primeiros meses do ano civil, com recurso a receitas próprias.

II - Compromissos do Ministério da Educação

No que concerne aos compromissos do Ministério da Educação (ME), deve ser salientada a decisão de incluir a ESCT na 2ª Fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, no âmbito do qual deverá ser assegurada a resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT e do seu funcionamento futuro em regime normal; a requalificação dos espaços, estruturas e equipamentos, a construção de funcionalidades inexistentes, como o Pavilhão Gimnodesportivo ou o Auditório.⁴¹

Entretanto, está a decorrer, nos termos gerais do contrato, a reconstituição do SPO, dotando-o dos recursos humanos previstos para 2008/09⁴², pecando apenas pela curta duração dos contratos a termo certo que a suportam. Desejavelmente, findo o 1º ano de contrato, deveria permitir-se a renovação do mesmo, caso houvesse interesse de ambas as partes, em vez de lançar novo processo de recrutamento.

Em 2007/08 a ESCT não fez uso do reforço de contratação de meios humanos docentes para apoio à equipa de gestão ou para dinamização de projectos, optando por pedir o correspondente equivalente financeiro, para reforço de outros meios destinados aos mesmos fins. O requerimento deste equivalente financeiro foi formalizado em 30 de Junho, embora até ao momento ainda não tenha tido resposta.



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Acompanhamento Local

Isto é o essencial do que importa reportar, para as finalidades previstas no Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro, sem prejuízo da prestação de todos os esclarecimentos adicionais que a Comissão de Acompanhamento Local a que superiormente preside entenda necessários ou pertinentes para efeitos de posterior divulgação pública.

Caldas das Taipas 15 de Outubro de 2008.

O Presidente do Conselho Executivo da
Escola Secundária de Caldas das Taipas

(José Augusto Ferreira Araújo)

⁴¹ Cf. nºs 2.1 a 2.7 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

⁴² Um Psicólogo e um Assistente Social. Cf. nº 3 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

Relação de Anexos

Anexo 01 - Quadro dos Indicadores de Monitorização.

Anexo 02 - Turmas e Alunos 2007-08.

Anexo 03 - Resultados Finais dos Alunos do 3ºCEB.

Anexo 04 - Resultados Finais dos Alunos do 7ºAno.

Anexo 05 - Resultados Finais dos Alunos do 8ºAno.

Anexo 06 - Resultados Finais dos Alunos do 9ºAno.

Anexo 07 - Resultados Finais dos Alunos do Ensino Secundário.

Anexo 08 - Resultados Finais dos Alunos do 10ºAno.

Anexo 09 - Resultados Finais dos Alunos do 11ºAno.

Anexo 10 - Resultados Finais dos Alunos do 12ºAno.

Anexo 11 - Turmas e Alunos 2008-09.

Anexo 12 – Médias dos Alunos Internos nos Exames Nacionais.

Anexo 13 - ESCT - Acesso Ensino Superior 2008 – 1ª Fase.

Anexo 14 - AEG - Acesso Ensino Superior 2008 – 1ª Fase.

Anexo 15 - Síntese Resultados Finais 2007-08_MISI.

Anexo 16 - Taxa Retenção e Desistência-ResultadosNacionais2007-08.

Anexo 17 - Taxas de Execução das Aulas Previstas.